

## Arquivos pessoais digitais: desafios e perspectivas de tratamento

Jorge Phelipe Lira de Abreu<sup>1</sup>

### Resumo

A formação de arquivos em ambiente digital apresenta uma série de vantagens na produção, transmissão e acesso, mas, por outro lado, implica em documentos altamente sensíveis e manipuláveis, além de sujeitos à rápida obsolescência tecnológica e à fragilidade do suporte, especialmente no âmbito dos arquivos pessoais. Nesse contexto, alguns desafios se colocam à teoria arquivística. Com base na experiência empírica com o arquivo nato-digital do escritor, músico e artista plástico Rodrigo de Souza Leão, o presente trabalho faz uma reflexão acerca do lugar ocupado pelos arquivos pessoais digitais na teoria arquivística. A partir disso, temas como aquisição, armazenamento, segurança, identificação de proveniência e autoria, gênese, autenticidade, arranjo, descrição e preservação desses arquivos são abordados. A intervenção na pré-custódia é apresentada, em seus diversos aspectos, como uma abordagem recorrente entre os teóricos de arquivos pessoais digitais.

**Palavras-chave:** Arquivo pessoal. Arquivo pessoal digital. Leão, Rodrigo de Souza.

### Abstract

The formation of archives in a digital environment has a number of advantages in production, transmission and access, but, on the other hand, it implies highly sensitive and manipulable documents, as well as being subject to rapid technological obsolescence and the fragility of support, especially in the context of personal archives. In this scope, some challenges are placed in archival theory. Based on the empirical experience with the digital born archive of the writer, musician and artist Rodrigo de Souza Leão, a reflection is made on the place occupied by digital personal archives in archival theory. From there, topics such as acquisition, storage, security, identification of provenance and authorship, genesis, authenticity, arrangement, description and preservation of these files are approached. Pre-custody intervention is presented, in its various aspects, as a recurring approach among digital personal file theorists.

**Keywords:** Personal archive. Digital personal archive. Leão, Rodrigo de Souza.

---

<sup>1</sup> Arquivista e mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Foi bolsista do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura da Fundação Casa de Rui Barbosa. E-mail: j.phelipeabreu@gmail.com

## 1 Introdução

O cenário, que começou com dois ou três disquetes perdidos entre uma maioria de documentos em papel, cresce a cada novo recurso tecnológico lançado. Arquivos como o de Susan Sontag ou mesmo o de Salman Rushdie, com a expressiva presença de documentos digitais, sinalizam que o “trem fantasma”, metáfora para os arquivos pessoais digitais de Adrian Cunningham (1999), chegou. Cada vez mais as tecnologias digitais exercem o papel de mediadoras na vida das pessoas. Segundo Prom (2013), nas sociedades pós-industriais as tecnologias de comunicação digital compõem um dos bens mais baratos de consumo diário e, assim, substituem formatos como as cartas manuscritas e os diários. Nesse contexto, questões importantes para a Arquivologia como proveniência, ordem original, confiabilidade e autenticidade ganham contornos que desafiam a teoria arquivística. Sendo assim, o objetivo desse trabalho consiste em refletir sobre a produção, acúmulo e tratamento de arquivos pessoais nato-digitais característicos da contemporaneidade e seus desafios à teoria arquivística, a partir da experiência empírica com o processamento arquivístico do arquivo nato-digital do escritor, jornalista, músico e artista plástico Rodrigo de Souza Leão - RSL (1965-2009), doado ao Arquivo-Museu de Literatura Brasileira em 2012.

Além de ser mais um acervo representativo da literatura brasileira, em especial da literatura brasileira contemporânea, o arquivo em questão trazia uma singularidade: 98% do arquivo doado era constituído por documentos nato-digitais. O arquivo chegou armazenado em quatro tipos de mídias de transporte: disquetes (121), CDs (18); DVDs (4) e pen drive (1). Nessas mídias, os documentos apresentavam-se em diversos formatos, tais como doc, pdf, eml e html (texto); bitmap, gif e jpeg (imagem fixa); mp3 e wma (áudio); wmv, avi e flv (imagem em movimento). Além do arquivo digital, doou-se ao Arquivo-Museu também uma pequena quantidade de documentos em papel (2%), dois objetos e uma biblioteca com 52 livros. Em que pese a desproporção entre documentos digitais e os demais, o acervo se caracteriza como híbrido. O processamento do arquivo digital de Rodrigo de Souza Leão envolveu seis etapas: aquisição e armazenamento, identificação de proveniência e autoria, conversão de formatos, elaboração de arranjo, descrição e acesso.

Rodrigo de Souza Leão nasceu no Rio de Janeiro, em 4 de novembro de 1965. Na juventude, apresentou os primeiros sintomas de esquizofrenia, assunto que não se tornou tabu para o autor e serviu de matéria-prima para sua criação literária. Nesse aspecto, Rodrigo

inscreveria seu nome no que, na perspectiva de Hidalgo (2008), entende-se por “literatura da urgência”, pela qual se mesclariam vida e ficção, por meio da construção de ficções autorreferentes onde o eu é premente, numa criação de uma literatura eivada pela experiência da loucura, com valor documental-histórico.

O exercício criativo de Rodrigo era imbuído de uma importância que ditava a maneira pela qual o autor produzia e arquivava seus documentos. Numa dinâmica de backup, o autor afirmava não fazer nada que não tivesse uma cópia de segurança em papel e outra eletrônica, “tudo por paranóia de perder tudo que tenho dentro do computador” (LEÃO, 2003, p. 1).

A internet assume um papel importante na vida de Rodrigo em função da reclusão imposta por sua doença. O seu arquivo permite perceber a intensidade com que explorou os recursos tecnológicos. Adepto da publicação e divulgação em rede, o autor fundou revistas eletrônicas, manteve alguns blogs, contribuiu para sites e publicou um número expressivo de e-books. Rodrigo produziu romances, poemas e entrevistas, entre os quais se destaca o celebrado *Todos os cachorros são azuis*, publicado pela Editora 7 letras, em 2008, financiado pela Petrobrás, e um dos finalistas da edição de 2009 do Prêmio Portugal Telecom. Postumamente, foram publicados os romances *Me roubaram uns dias contados* (2010), *O esquizoide* (2011) e *Carbono pautado* (2012).

Rodrigo atuou ainda nas artes plásticas e na música. Foi integrante de algumas bandas na década de 1980, participou do CD *Melopéia*, de Glauco Mattoso, e musicou com Gizza Negri poemas seus para o projeto *Krâneo* e seu *neurônio*. No fim da vida começou a frequentar a Escola de Artes Visuais do Parque Lage, onde produziu telas que foram expostas postumamente no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, de 12 de novembro 2011 a 15 de janeiro 2012, sob o título *Tudo vai ficar da cor que você quiser*. O autor faleceu no Rio de Janeiro, em 2 de julho de 2009, na clínica onde havia sido internado a seu próprio pedido.

Sendo assim, o arquivo de Rodrigo de Souza Leão, em todas as suas nuances – qual sejam, o de se constituir num arquivo nato-digital, a sua gênese, doação e o seu processamento –, configura-se como um terreno prolífico para compreender a formação de arquivos pessoais na contemporaneidade e seus desafios à teoria arquivística.

## **2 Desafios e perspectivas do tratamento de arquivos pessoais digitais**

Entende-se arquivos pessoais como o “conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas

atividades e função social” (OLIVEIRA, 2012, p. 33) ou ainda na acepção de Pearce-Moses (2005, p. 292, tradução nossa) “os documentos criados, adquiridos ou recebidos por um indivíduo no curso de seus afazeres e preservados em sua ordem original (caso exista)”. Segundo o Paradigm Project (2017, tradução nossa),

Um arquivo pessoal consiste nos documentos (em qualquer forma ou meio) criados ou recebidos, acumulados e usados por um indivíduo durante o curso de sua vida diária, que foram preservados pelo seu valor permanente. É provável que um arquivo pessoal contenha muitos tipos de documentos e reflita todas as facetas da vida de um indivíduo, por exemplo, sua carreira, família ou vida pessoal, suas relações com os organismos oficiais, e os seus hobbies e interesses.

Embora os computadores tenham saído do domínio exclusivamente militar para compor os cenários das organizações públicas e privadas, num processo desencadeado no final da Segunda Guerra Mundial, é somente com a criação dos computadores pessoais, na década de 1980, que os arquivos pessoais digitais passam a figurar no horizonte dos arquivos, mas popularizando-se apenas na década de 1990, com os avanços tecnológicos que alteraram os mecanismos de registro e comunicação da informação. A argumentação de Beagrie (2005, sem paginação, tradução nossa) permite identificar duas grandes tendências que afetam a formação de arquivos pessoais digitais: “o aumento exponencial na potência de processamento dos computadores” e “o aumento da criatividade digital do consumidor e do apetite pelo conteúdo digital”.

Os registros, até então em suportes convencionais, alteram-se essencialmente e assumem novas características. Produzidos em ambientes eletrônicos, são registrados em suportes magnéticos e ópticos, em formato digital (CONARQ, 2011). Se por um lado, a formação de arquivos em ambiente digital apresenta uma série de vantagens no custo, produção, transmissão e acesso, por outro lado, implica documentos altamente sensíveis e manipuláveis, além de sujeitos à rápida obsolescência tecnológica e à fragilidade do suporte, posto que um documento arquivístico digital, segundo Rondinelli (2013, p. 235)<sup>2</sup>, consiste numa

“Unidade indivisível de informação constituída por uma mensagem fixada num suporte (registrada), com uma sintática estável”, “produzido e/ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer das suas atividades”,

---

<sup>2</sup>Trata-se de uma composição conceitual da autora elaborada a partir das definições de Duranti e Preston.

Jorge Phelipe Lira de Abreu

“codificado em dígitos binários e interpretável por um sistema computacional”, em suporte magnético, óptico ou outro.

Para Rondinelli (2013, p. 231), a novidade ultrapassa a peculiaridade do suporte; o documento escapa por completo dos padrões conhecidos, tanto “a linguagem alfabética registrada no papel de leitura direta, bem como sua relação inextricável com o suporte”. No universo digital tudo é escrito em códigos binários e para que os documentos sejam compreensíveis aos olhos humanos necessitam da interação entre *hardware*<sup>3</sup> e *software*<sup>4</sup>, numa “sofisticação tecnológica que passa despercebida à maioria dos usuários”. Segundo a autora, o cenário se torna mais complexo com as tecnologias de rede, com sua elevada capacidade comunicacional.

Bass (2012, p. 29) afirma que soluções para problemas relacionados aos arquivos na era da informação têm propulsionado muitas abordagens para a manutenção e preservação de documentos eletrônicos<sup>5</sup>. Entretanto, “as estratégias desenvolvidas para arquivos eletrônicos são voltadas para o governo ou grandes instituições corporativas [...], dando pouca ou nenhuma consideração às características únicas de materiais eletrônicos gerados em ambientes privados” (BASS, 2012, p. 29, tradução nossa).

Na perspectiva de John et al (2010, p. 5), o arquivo de Rodrigo de Souza Leão se caracteriza como um “arquivo selvagem”, qual seja aquele que existe “fora de um repositório oficial de longo prazo”. Bass afirma que esses arquivos são produzidos e preservados por pessoas com práticas de arquivamento diversas e abarcam espécies documentais dinâmicas e dispersas em várias paisagens digitais, “os arquivos são geralmente criados, acumulados e mantidos de forma instintiva e conveniente, ao contrário de sistematicamente e rotineiramente, como é o caso em ambientes institucionais” (2013, p. 50, tradução nossa).

---

<sup>3</sup>Componentes físicos, mecânicos e elétricos de um sistema, especialmente de um computador (PEARCE-MOSES, 2005, p. 188).

<sup>4</sup>As instruções que dirigem a operação de *hardware* de um computador (PEARCE-MOSES, 2005, p. 364).

<sup>5</sup>Segundo o CONARQ (2017), “na literatura arquivística internacional, ainda é corrente o uso do termo “documento eletrônico” como sinônimo de “documento digital”. Entretanto, do ponto de vista tecnológico, existe uma diferença entre os termos “eletrônico” e “digital”. Um documento eletrônico é acessível e interpretável por meio de um equipamento eletrônico (aparelho de videocassete, filmadora, computador), podendo ser registrado e codificado em forma analógica ou em dígitos binários. Já um documento digital é um documento eletrônico caracterizado pela codificação em dígitos binários e acessado por meio de sistema computacional. Assim, todo documento digital é eletrônico, mas nem todo documento eletrônico é digital. Apesar de ter seu foco atualmente direcionado para os documentos digitais, a CTDE (Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos) mantém seu nome, uma vez que este escopo pode ser expandido ao longo do desenvolvimento de seus trabalhos. Exemplos: 1) documento eletrônico: filme em VHS, música em fita cassete. 2) documento digital: texto em PDF, planilha de cálculo em Microsoft Excel, áudio em MP3, filme em AVI”.

Couchet (2012) aponta uma bateria de riscos no arquivamento permanente de documentos pessoais digitais: perda pontual de arquivos em decorrência de erros de manipulação, classificação, esquecimento ou por falha de serviços *on-line*; problemas de *software* em decorrência de *bugs* e falhas em programas ou sistema operacional; problemas de *hardware*, como falha do disco rígido, perda de integridade de arquivos devido à alteração dos suportes de armazenamento; perda de material, como sumiço de *CDs*, cartão de memória ou outro dispositivo de armazenamento; sinistros, como roubo, incêndio ou inundação; dano intencional por terceiros, como vírus de computador e interceptação de senhas; obsolescência dos dispositivos de armazenamento e formatos de arquivo, como disquetes e formatos antigos não suportados pelo *software* atual; encerramento de serviços de *backup-on-line*, como fechamento de um provedor de serviços; falhas de privacidade em serviços na *web*, como espionagem de conteúdo e roubo de senha; e alterações relacionadas ao estado de saúde dos produtores de documento, como acidentes, doenças e morte que impeçam o acesso a dados ou a transmissão de outras pessoas.

Alguns danos advindos dos riscos apontados por Couchet (2012) são identificáveis no arquivo de RSL, como a existência de disquetes vazios ou de arquivos em formatos que os recursos tecnológicos disponíveis não são mais capazes de reproduzir em decorrência da fragilidade do suporte e obsolescência tecnológica, respectivamente.

Além dos riscos, Marshall (2008) identificou alguns desafios do arquivamento pessoal digital. O primeiro diz respeito à gestão digital. Em seu estudo a autora constatou a recusa (justificável) dos indivíduos em gastar muita energia na curadoria, aproveitando a tendência natural de confiar na estrutura social existente para manter seguras as posses digitais. Para os usuários o gerenciamento digital não é fácil e não parece melhorar. RSL, embora demonstrasse preocupação com a preservação de seus documentos, não investiu na gestão de seu arquivo. Ramon Mello assume essa função quando recebe o arquivo de Rodrigo, mas, como afirmou em entrevista, “não tinha muita paciência pra aquele lugar” (MELLO, 2016).

Outro desafio consiste na distribuição de arquivos digitais. Os documentos digitais de um indivíduo encontram-se distribuídos em diversos locais de armazenamento, alguns sobrepostos e outros completamente independentes. Esse cenário se dá pela cada vez mais acelerada troca de computadores ou dispositivos tecnológicos e pelo hábito comum de manter mais de uma conta de *e-mail*, uma variedade de redes sociais ou mídias de compartilhamento e muitos locais temporários diferentes para armazenar arquivos, como no caso de Rodrigo de

Souza Leão, que manteve cópias de um mesmo documento em diferentes dispositivos de armazenamento.

O terceiro desafio relaciona-se à avaliação e acumulação. Ao passo em que a velocidade de transporte de dados e a capacidade de armazenamento aumentam rapidamente, os indivíduos acumulam seus arquivos sem nenhuma preocupação com avaliação do que deve ou não ser mantido. No ambiente digital a avaliação é mais urgente para que o usuário tenha controle de seus documentos. Pelo volume de documentos replicados e manutenção de documentos que não revelam tanto das atividades ou funções de Rodrigo, como os documentos de terceiros que não se relacionam com sua trajetória, pode-se supor que não havia uma rotina de avaliação do que deveria ser preservado.

O último desafio apresentado por Marshall (2008) compreende a recuperação de repositórios em longo prazo. Os documentos digitais são armazenados pelos indivíduos, em última instância, de acordo com os usos e exigências do momento, sem preocupação com o acesso em longo prazo. Um produtor, como o Rodrigo, não tem compromisso com a manutenção de uma rotina de conversão de formatos ou atualização de suporte. Entretanto, com o armazenamento distribuído, é possível que o usuário não lembre onde armazenou determinado documento ou tenha usado descritores que não facilitam a busca. Igualmente, a obsolescência tecnológica pode impossibilitar a leitura de um formato de arquivo usado no passado, conforme ocorrido em alguns documentos constantes no arquivo de RSL.

Diante desse cenário, a maioria dos autores converge para a necessidade de uma percepção precisa e abrangente de como os documentos digitais pessoais são criados, mantidos e organizados a fim de compreender os recursos necessários quando da aquisição às instituições de custódia. Em contraposição à aquisição do arquivo de Salman Rushdie em vida à Manuscript, Archives and Rare Book Library (MARBL), por exemplo, no Brasil, as aquisições de arquivos pessoais costumam se dar após o falecimento do titular e os arquivistas não têm acesso às informações sobre como os arquivos foram produzidos e mantidos. É a situação do arquivo de Rodrigo. De acordo com Bass (2012, p. 32, tradução nossa),

Neste método passivo de aquisição de documentos, os arquivistas são deixados a deduzir ou especular sobre os detalhes dos comportamentos de manutenção de documentos pessoais e inferir o significado e valor associados aos documentos gerados por esses comportamentos.

Para enfrentar questões como a preservação dos atributos de identidade e integridade dos documentos, presunção de autenticidade, identificação do contexto, da relação orgânica

dos documentos e de todos os outros desafios decorrentes dos arquivos pessoais produzidos em ambientes digitais, o presente capítulo apresenta a perspectiva da intervenção na pré-custódia bem como estratégias para a gestão e preservação de arquivos pessoais digitais. A experiência com o arquivo de RSL permitiu perceber os desafios de tratar um arquivo digital sem a gerência sobre sua produção e manutenção. Vejamos como os estudos de *Personal Information Management* (PIM) podem contribuir para as abordagens dos arquivos pessoais digitais ao investigar as práticas de criação e manutenção e as noções de valor e de preservação desses conjuntos documentais.

## 2.1 Intervenção arquivística na pré-custódia

Tradicionalmente os modelos conceituais de gestão documental, como o ciclo vital e o *continuum*, compreendem uma fase que precede a intervenção arquivística, essa última entendida como o tratamento documental (BASS, 2013, p. 52-53). Uma vez transferidos ou recolhidos, os arquivistas conseguem, pela proximidade com o ambiente de produção, verificar as circunstâncias de produção e uso dos documentos, bem como a relação entre os documentos e dos documentos com o produtor. Entretanto, nos arquivos pessoais, como Bass (2013, p. 53, tradução nossa) chama a atenção, “essas extrapolações baseiam-se essencialmente nos fragmentos documentais que o arquivista possui no ponto de aquisição, que, dependendo do criador ou doador dos documentos, pode ser bastante limitado em quantidade e qualidade”, como no arquivo de RSL em que a aquisição por meio de mídias de transporte, a falta de organização e de informações sobre sua produção e manutenção tornam mais complexa a presunção de autenticidade e preservação dos documentos.

Até agora, as estratégias de aquisição de arquivos pessoais centraram-se ao final do ciclo de vida dos documentos. As instituições costumam adquirir arquivos de indivíduos após esses terem encerrado suas carreiras profissionais ou morrerem. Segundo Paquet (2000, p. 88, tradução nossa), essa estratégia é prejudicial para obter informações sobre a produção e arquivamento dos acervos adquiridos, especialmente os digitais, “porque daqui a 50 anos ou mesmo muito antes disso estaremos perante um declínio significativo no volume de documentos pessoais em arquivos”. Por mais quanto tempo os documentos contidos nos disquetes gravados por Rodrigo estariam disponíveis?

Cunningham (1994, p. 100) chama atenção para o fato de que, normalmente, os arquivistas contemplam os critérios e rotina de manutenção de arquivo pessoal para além da

existência ou inexistência de documentação que a explique, como algo que é pré-determinado pelo produtor de documentos e, portanto, além de sua alçada. Sendo assim, na ausência de documentação sobre a produção e manutenção dos documentos, algumas perguntas podem ser feitas na hora da aquisição ou pouco depois. Entretanto, frequentemente, os arquivistas ficam responsáveis por deduzir ou inferir detalhes da produção e arquivamento a partir das evidências intrínsecas. Nesse caso, diante dessa ausência, a análise dos metadados empreendida na identificação de proveniência e autoria do arquivo de RSL foi fundamental e ofereceu subsídio para o estabelecimento dessas perguntas importantes a serem feitas quando da aquisição de arquivos digitais.

Como apontam muitos teóricos, a intervenção na pré-custódia configura-se como resposta às questões apresentadas pelos arquivos pessoais digitais à teoria arquivística. Trata-se de uma estratégia na qual o arquivista se envolve ativamente nos processos de manutenção de documentos digitais pessoais para garantir que esses documentos sejam produzidos, gerenciados e documentados adequadamente em primeira instância (CUNNINGHAM, 1999, p. 58), para que os arquivistas possam capturar as informações necessárias relacionadas aos elementos estruturais e de conteúdo dos documentos para apoiar a preservação, o acesso (BASS, 2012, p. 33) e a presunção de autenticidade em longo prazo. Segundo Cunningham (1994, p. 101, tradução nossa), a intervenção na pré-custódia é alcançada da seguinte forma:

Tendo obtido um acordo em princípio para a eventual transferência dos arquivos da pessoa para a instituição, o arquivista precisará então construir uma parceria duradoura com o doador, de modo que a assistência seja emprestada com a concepção de um sistema de manutenção de documentos que satisfaça padrões predeterminados e com a produção de material de apoio adequado. Esta parceria provavelmente envolveria também a transferência periódica de documentos não correntes avaliados (idealmente antes de sua criação) como sendo dignos de preservação permanente.

Os desafios do tratamento de um arquivo digital apontados na seção anterior e a partir do arquivo de Rodrigo se relacionam com a falta de intervenção na pré-custódia. Entretanto, essa abordagem pressupõe uma valoração e um nível de intervenção que, se não medido, pode comprometer a qualidade dos documentos enquanto documentos de arquivo, especialmente no que diz respeito às características de naturalidade e imparcialidade, já que a intervenção refletirá a forma como os documentos são criados. Para Hyry e Onuf (1997, p. 43), as sugestões de uma postura proativa do arquivista afetam as decisões de avaliação. Para os autores, a avaliação dos documentos em um tempo muito próximo da produção não é positiva,

uma vez que enxergam como benefício o afastamento temporal e a avaliação retrospectiva. O próprio Cunningham (1999, p. 60) aponta algumas objeções ao envolvimento do arquivista na produção e manutenção de documentos pessoais.

A primeira objeção reside na impossibilidade de discernir o significado histórico final dos documentos no momento da produção (SPRAGGE apud CUNNINGHAM, 1999, p. 60). Como identificar que o arquivo de Rodrigo seria passível de aquisição enquanto era produzido por seu titular? Definir o que será importante pressupõe o estabelecimento de critérios de avaliação não tão comuns em arquivos pessoais. Cunningham (1999, p. 60, tradução nossa) rebate com a afirmação de que “não podemos saber o que vai acontecer no futuro, mas há coisas sobre o presente que sabemos que serão de interesse duradouro para a sociedade no futuro”. O autor considera que o deslocamento da decisão de avaliação/seleção mais para perto da produção dos documentos não é um aspecto negativo da intervenção na pré-custódia. A avaliação não deve se pautar majoritariamente no valor informativo ou histórico dos documentos, mas, sobretudo, no seu contexto funcional e significado contemporâneo.

A segunda objeção está no trabalho intensivo que a intervenção na pré-custódia exige (CUNNINGHAM, 1999, p. 60), uma vez que pressupõe a prestação de orientação e assistência individual na criação e manutenção dos documentos. Entretanto, o tempo investido em orientação pode ser menor do que o tempo gasto no arranjo e descrição de arquivos pessoais digitais cuja produção e manutenção não foram gerenciadas e documentadas.

Além disso, esse aspecto da intervenção na pré-custódia não precisa se restringir à prestação de orientação individual, mas pode incluir, como têm feito algumas instituições, a elaboração de orientações práticas sobre a produção e o gerenciamento de arquivos digitais pessoais direcionadas ao público alvo abarcado na política de aquisição de cada instituição. Se Rodrigo tivesse acessado orientações sobre como produzir e gerenciar seu arquivo, seu tratamento não demandaria tanto tempo e sua contextualização seria mais fácil. Dessa constatação, adveio a necessidade de elaborar as já mencionadas *Orientações práticas para a gestão do seu arquivo pessoal digital* e *Orientações práticas para arquivistas auxiliarem os doadores na preparação de seu arquivo pessoal digital para doação*.

Cunningham (1999, p. 61, tradução nossa) sugere ainda que a intervenção na pré-custódia “também pode incluir o trabalho com criadores de software e fornecedores para incentivar a incorporação de boa funcionalidade de manutenção de registros e recursos de autodocumentação”. Essas práticas têm uma abrangência maior que a assistência individual e podem exigir um esforço menor do profissional de arquivo.

A última objeção está relacionada ao fato do envolvimento dos arquivistas nos processos de criação de registros pessoais levar a práticas autoconscientes e antinaturais de manutenção de documentos (CUNNINGHAM, 1999, p. 61). Trata-se, segundo o autor, de uma objeção Jenkinsoniana, para quem a preservação de documentos com vistas à posteridade não implica em documentos autênticos, verdadeiros e confiáveis. Cunningham (1999, p. 61) não refuta as ideias de Jenkinson, mas afirma que se torna desconfortável pensar em termos de objetividade e veracidade na pós-modernidade.

Embora a autoconsciência do comportamento de manutenção do produtor de documentos precise ser discernida e compreendida por qualquer pessoa que use esses documentos, não os tornam não documentos - nem os torna menos valiosos como evidência: é simplesmente um tipo diferente de evidência (CUNNINGHAM, 1999, p. 61, tradução nossa).

O autor questiona ainda porque uma atuação proativa do arquivista representaria um problema filosófico apenas para registros pessoais e não para outros tipos de documento, como para os produzidos na esfera organizacional. Como possibilidade, apresenta que as organizações talvez necessitem de assistência profissional para a manutenção de documentos mais para suas exigências de prestação de contas e eficiência em curto prazo do que para a posteridade, enquanto um arquivista, instruindo um escritor, é provável que esteja interessado apenas nos valores históricos e informativos (CUNNINGHAM, 1999, p. 61). Na opinião do autor, a parcialidade ou a consciência do produtor sobre os documentos não devem ser negadas, e sim reconhecidas como realidade e os documentos devem ser gerenciados de acordo com metadados contextuais adequados que sejam capazes de apoiar a interpretação e análise completa.

Independentemente das objeções à intervenção na pré-custódia e de seus desafios à teoria arquivística, a estratégia pode minimizar os riscos do arquivamento pessoal digital. O arquivo de Rodrigo foi produzido e recolhido fora da perspectiva de intervenção na pré-custódia e ilustra os caminhos possíveis de tratamento. Entretanto, reconhece-se a importância da intervenção na pré-custódia para a minimização dos desafios e riscos apresentados pelos arquivos pessoais digitais.

Nesse sentido, compreender o processo de produção e de manutenção de arquivos pessoais digitais, as decisões relacionadas à avaliação e as estratégias de preservação a partir do prisma da PIM a fim de mapear o comportamento das pessoas que produzem e mantêm documentos em meio digital pode contribuir para ajudar o produtor a determinar, na pré-

custódia, quais documentos devem ser mantidos, onde devem ser armazenados, como devem ser preservados e como podem ser encontrados.<sup>6</sup>

## 2.2 Perspectivas da Gestão de Informações Pessoais (PIM)

Nos documentos produzidos por um indivíduo no âmbito doméstico consta o que Lansdale (2006, p. 55) chama de informação<sup>7</sup> pessoal, não com a conotação de que sejam informações privadas, mas de que são mantidas para o próprio uso do indivíduo. Bass (2013, p. 52) afirma que diversos trabalhos mencionam Lansdale como o primeiro autor a abordar a gestão de informações pessoais como uma prática e área de estudo. Segundo Jones e Teevan (apud BASS, 2013, p. 51, tradução nossa) a PIM é

Tanto a prática como o estudo das atividades que as pessoas realizam para adquirir, organizar, manter, recuperar, usar e controlar a distribuição de itens de informação, como documentos (papel e digital), páginas da Web e mensagens de e-mail para uso diário para completar tarefas (relacionadas ao trabalho ou não) e cumprir os vários papéis de uma pessoa (como pai, empregado, amigo, membro da comunidade, etc.).

Como área de estudo, a gestão de informações pessoais “baseia-se no melhor trabalho de uma variedade de disciplinas, incluindo psicologia cognitiva, interação homem-computador, gestão de banco de dados, recuperação de informações e ciência da informação” (JONES apud BASS, 2013, p. 51, tradução nossa). Segundo Bass (2013, p. 51-52), os estudos de gestão de informações pessoais são realizados a fim de encontrar novas formas para contribuir com o gerenciamento de grandes volumes de informação em meio digital com agilidade e eficácia por meio do desenvolvimento de *hardware* e *software*, como gerenciadores de texto, de *e-mail*, de imagem e de música, navegadores, calendários, entre outros aplicativos.

Nesse sentido, os estudos são conduzidos, em sua maioria, pela lógica comercial, sem necessariamente contemplar uma abordagem arquivística. Bass (2013, p. 5) afirma que todas as tecnologias de gestão de informações pessoais contemplam três funções primárias: criar, organizar e (re)acessar informações no que o autor chama de “coleções digitais pessoais”.

---

<sup>6</sup>Questões elaboradas com base em Marshall (2008b).

<sup>7</sup>Para efeitos deste trabalho considera-se informação “todo e qualquer elemento referencial contido num documento” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 44). Portanto, quando se utiliza o termo informação, pressupõe-se que ela esteja registrada em um documento.

Entretanto, quando contam com uma abordagem arquivística, os estudos de tecnologia de PIM recebem uma quarta função, a preservação em longo prazo de informações pessoais digitais. Segundo John et al (2010, p. X, tradução nossa)

Espera-se que a Gestão de informações pessoais (PIM) eficaz, versátil e robusta surja no tempo, à medida que a demanda por manuseio eficiente de informações pessoais se incrementa; mas no momento uma tal capacidade abrangente está muito ausente. Há uma necessidade específica de promover uma forma de PIM orientada por uma abordagem arquivística que abranja todo o ciclo de vida da informação e seja direcionada para garantir autênticos objetos digitais pessoais e torná-los prontamente disponíveis para uso e reuso dos indivíduos produtores e proprietários para além do futuro imediato.

Portanto, essa produção que se dedica aos estudos de comportamento de usuário para desenvolvimento de tecnologias de gestão de informações pessoais e que se dá, de um modo geral, fora do âmbito das publicações arquivísticas, permite vislumbrar o cenário e a dinâmica de criação e uso dos documentos pessoais digitais, antes de ingressarem nas instituições de custódia, fornecendo informações técnicas e contextuais fundamentais para o tratamento arquivístico desses conjuntos documentais.

### **3 Considerações Finais**

Identificou-se que os arquivos produzidos em ambiente digital trazem novos elementos que ultrapassam a especificidade do suporte e recaem sobre a dependência de hardware e software para que os documentos sejam visíveis aos olhos humanos e, portanto, possam impulsionar algumas abordagens para a manutenção de documentos pessoais digitais. Se por um lado a tecnologia facilitou a produção, acesso e diminuição dos espaços de armazenamento, por outro tornou complexas questões como a presunção de autenticidade e preservação.

Outro aspecto que requer destaque, no que diz respeito aos desafios colocados pelos arquivos pessoais digitais, consiste na identificação de proveniência e autoria com vistas a presumir a autenticidade dos documentos. Quando criados em ambientes compartilhados, sem regras, padrões e uma rotina de práticas de avaliação e preservação, a identificação de proveniência e autoria torna-se complexa. A solução se deu, no arquivo de Rodrigo de Souza Leão, pela identificação do contexto de produção, que nos casos dos documentos digitais podem ser acessados por trás do texto, nos metadados, qual seja, sua documentação complementar.

A preservação, também, tem desafiado as abordagens tradicionais. Se um documento em suporte analógico poderia repousar em uma caixa à espera de tratamento arquivístico por um longo período, isso não pode se dar no âmbito dos arquivos digitais sob pena de perdas irreversíveis dos documentos ou dos elementos capazes de permitir a presunção de autenticidade, entendida em suas três dimensões: legal, diplomática e histórica. Nesse aspecto, reside a importância da autenticidade para além de um preciosismo arquivístico, especialmente no âmbito dos arquivos pessoais, produzidos em ambientes não regulados.

Observou-se que em resposta aos desafios colocados pelos arquivos pessoais, em especial os relacionados à preservação e presunção de autenticidade, desponta a abordagem favorável à intervenção na pré-custódia. Entretanto, essa abordagem pode ser de difícil aplicabilidade no contexto arquivístico brasileiro, uma vez que o delineamento de programas de assistência aos produtores não prescinde da existência de recursos. Em alguma medida essa abordagem precisa começar a ser vislumbrada pelas instituições que pretendem recolher arquivos pessoais digitais, visando a minimizar perdas ocasionadas por obsolescência tecnológica ou problemas na transferência dos acervos para as instituições.

O arquivo de Rodrigo de Souza Leão possibilita vislumbrar alternativas metodológicas para um conjunto documental digital produzido, mantido e tratado sem os recursos e condições ideais prescritos pelos teóricos. Ao mesmo tempo, o arquivo corrobora a importância de algumas perspectivas, como a intervenção na pré-custódia, que se consideradas em algum nível facilitariam a compreensão do contexto de produção e, conseqüentemente, seu tratamento. A aquisição do arquivo de Rodrigo se mostrou como uma etapa delicada no contexto de uma documentação produzida e mantida sem acompanhamento ou orientação. Constatou-se a necessidade de documentar junto aos produtores ou legatários o máximo de informações sobre quando e como esses documentos foram produzidos, bem como a necessidade de recolher a documentação via dispositivo que preserve a maior quantidade de metadados contextuais possíveis. As mídias de transporte se mostraram frágeis e incapazes de preservar todos os metadados originais dos documentos.

## Referências

ABREU, Jorge Phelipe Lira de. **Existir em bits: arquivos pessoais nato-digitais e seus desafios à teoria arquivística.** 1. ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2018. v. 1. 198p.

BASS, Jordan. A PIM perspective: leveraging personal information management research in the archiving of personal digital records. **Archivaria**, Ottawa: ACA, n. 75, p. 49-76, 2013.

\_\_\_\_\_. **Getting personal**: confronting the challenges of archiving personal records in the digital age. Winnipeg, 2012. Tese (Mestrado em artes) – Departamento de história (estudos arquivísticos), Universidade de Manitoba/Universidade de Winnipeg, 2012.

BEAGRIE, Neil. Plenty of room at the bottom? Personal digital libraries and collections. **D-Lib Magazine**, v. 11, n. 6, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/june05/beagrie/06beagrie.html>>. Acesso em: 9 mar. 2017.

CONARQ, Conselho Nacional de Arquivos. **e-ARQ Brasil**: modelos e requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

\_\_\_\_\_. **Perguntas mais frequentes**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.conarq.gov.br/perguntas-mais-frequentes.html>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

COUCHET, Pierre. **L'archivage pérenne des données numériques personnelles**, 2012. [Texto de *blog*]. Disponível em <<https://archivengines.wordpress.com/2012/03/21/archivage-perenne-donnees-numeriques-personnelles/>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

CUNNINGHAM, Adrian. The archival management of personal records in electronic form: some suggestions. **Archives and Manuscripts**, v. 22, n. 1, p. 94–105, 1994.

\_\_\_\_\_. Waiting for the ghost train: strategies for managing electronic personal records before it is too late. **Archival Issues**, v. 24, n. 1, p. 55–64, 1999.

HIDALGO, Luciana. **Literatura da urgência**: Lima Barreto no domínio da loucura. São Paulo: Annablume, 2008.

HYRY, Tom; ONUF, Rachel. The Personality of electronic records: the impact of new information technology on personal records. **Archival issues**, v. 22, n. 1, p. 37-44, 1997.

JOHN, Jeremy Leighton et al. **Digital lives**: personal digital archives for the 21st Century, Version 2, [S.l: s.n], 2010.

LANSDALE, M. W. The Psychology of Personal Information Management. **Applied Ergonomics**, v. 19, n. 1, p. 55-66, mar. 1988.

LEÃO, Rodrigo de Souza Leão. **Backup**. Rio de Janeiro, 2003, 1 p. Digitado. [Crônica não publicada – Arquivo RSL].

MARSHALL, Catherine C. Rethinking personal digital archiving part 1: four challenges from the Field. **D-Lib Magazine**, 2008.

MELLO, Ramon Nunes. **Depoimento**. Entrevista concedida a Jorge Phelipe Lira de Abreu. Rio de Janeiro, 14 set. 2016.

Jorge Phelipe Lira de Abreu

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PAQUET, Lucie. Appraisal, acquisition and control of personal electronic records: from myth to reality. **Archives and Manuscripts**, v. 28, n. 2, p. 71-91, 2000.

PARADIGM PROJECT. **Glossary**. Disponível em: <<http://www.paradigm.ac.uk/workbook/glossary/index.html>>. Acesso em: 28 abr. 2017

PEARCE-MOSES, Richard. **A Glossary of Archival and Records Terminology**. Chicago: Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <<http://www.archivists.org/glossary/>>. Acesso em: 27 set. 2016.

PROM, Christopher J. Facilitando a geração de arquivos na era do facebook. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro: AAB, v. 12, n. 1, p. 13-27 jan./jun. 2013.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O documento arquivístico ante a realidade digital**: uma revisão conceitual necessária. Rio de Janeiro: FGV, 2013.